

A RESERVA EXTRATIVISTA MARINHA DE CORUMBAU SOB A ÓTICA DO TURISMO EM ÁREAS PROTEGIDAS: A PERSPECTIVA DISCURSIVA DA SÉRIE “MAR SEM FIM - UNIDADES DE CONSERVAÇÃO”

Iuri Santiago G. Rocha* & Virgínia Martins Fonseca **

Resumo: As Reservas Extrativistas são territórios protegidos pela sua importância ecológica e social, destinados a exploração autossustentável associada a conservação dos recursos naturais pelas comunidades locais. A Reserva Extrativista Marinha de Corumbau é resultado da iniciativa e organização comunitária dos pescadores. Para entendermos a importância dessa organização comunitária e de iniciativas que busquem disseminar o conhecimento técnico-científico, a pesquisa teve como objetivo identificar aspectos discursivos do episódio 34 da série “Mar Sem Fim”; com o intuito de analisar suas estratégias argumentativas para promoção de processos de mobilização social no que concerne a três temas das áreas protegidas: o conservacionismo, o uso público e a governança. A pesquisa adotou a metodologia da Análise de Conteúdo (Bardin, 2011). Considerou-se como perspectivas de análise do discurso o entendimento das categorias de áreas protegidas associados, essencialmente, com o fenômeno turístico e a inclusão social. Os principais discursos abordados pelo documentário foram classificados em três categorias principais, que são: papel das unidades de conservação; gestão participativa e comunidade tradicional e; desenvolvimento do turismo na unidade de conservação. Como conclusões finais, a utilização do episódio como instrumento educativo se mostra eficaz, sobretudo, nos dias atuais onde os meios digitais exercem papel fundamental na sociedade.

Palavras-chave: Unidades de uso sustentável. Processos socioculturais. Turismo de base comunitária.

THE CORUMBAU MARINE EXTRACTIVE RESERVE FROM THE PERSPECTIVE OF TOURISM IN PROTECTED AREAS: THE DISCURSIVE PERSPECTIVE OF THE SERIE “MAR SEM FIM - CONSERVATION UNITS”

Abstract: Extractive Reserves are territories protected by their ecological and social importance, intended for self-sustainable exploitation associated with the conservation of natural resources by local communities. The Marine Extractive Reserve of Corumbau is the result of the fishermen's community initiative and organization. In order to understand the importance of this community organization and initiatives that seek to disseminate technical-scientific knowledge, the research aimed to identify discursive aspects of episode 34 of the series “Mar Sem Fim”; in order to analyze their argumentative strategies for promoting social mobilization processes regarding three themes of protected areas: conservationism, public use and governance. The research adopted the Content Analysis methodology (Bardin, 2011). It was considered as perspectives of discourse analysis the understanding of the categories of protected areas associated, essentially, with the tourist phenomenon and social inclusion. The main speeches covered by the documentary were classified into three main categories, which are: role of protected areas; participatory management and traditional community and; development of tourism in the conservation unit. As final conclusions, the use of episode as an educational tool proves to be effective, especially in the current days where digital media play a fundamental role in society.

Keywords: Sustainable use units; Sociocultural processes; Tourism Based Community.

LA RESERVA EXTRACTIVA MARINA DE CORUMBAU DESDE LA PERSPECTIVA DEL TURISMO EN ÁREAS PROTEGIDAS: LA PERSPECTIVA DISCURSIVA DE LA SERIE “MAR SEM FIM - UNIDADES DE CONSERVACIÓN”

Resumen: Las Reservas Extractivas son territorios protegidos por su importancia ecológica y social, destinados a la explotación autosostenible asociada a la conservación de los recursos naturales por parte de las comunidades locales. La Reserva Marina Extractiva de Corumbau es el resultado de la iniciativa y organización de la comunidad de pescadores. Para comprender la importancia de esta organización comunitaria y las iniciativas que buscan difundir el conocimiento técnico-científico, la investigación tuvo como objetivo identificar los aspectos discursivos del episodio 34 de la serie “Mar Sem Fim”; con el fin de analizar sus estrategias argumentativas para promover procesos de movilización social en torno a tres temas de áreas protegidas: conservacionismo, uso público y gobernanza. La investigación adoptó la metodología de análisis de contenido (Bardin, 2011). Se consideró como perspectivas de análisis del discurso la comprensión de las categorías de áreas protegidas asociadas, esencialmente, al fenómeno turístico y la inclusión social. Los principales discursos cubiertos por el documental se clasificaron en tres categorías principales, que son: papel de las áreas protegidas; gestión participativa y comunidad tradicional y; desarrollo del turismo en la unidad de conservación. Se concluye que el uso del episodio como herramienta educativa se muestra eficaz, especialmente en los tiempos actuales donde los medios digitales juegan un papel fundamental en la sociedad.

Palabras clave: Unidades de uso sostenible; Procesos socioculturales; Turismo comunitario.



Licenciada por *Creative Commons*
Atribuição Não Comercial / Sem
Derivações/ 4.0 / Internacional

* Graduando do Curso de Turismo. Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - UFVJM/Campus Diamantina/MG/Brasil. CV: <http://lattes.cnpq.br/4327640113819872> [iuunidna@gmail.com]

** Doutora em Geografia pela Universidad Nacional del Sur (2018). Especialista em Educação Ambiental pelo Centro de Recursos Hídricos e Estudos Ambientais - CRHEA /EESC /USP (2003). Bacharel em Turismo / UNICENTRO Newton Paiva (2001). É docente do Curso de Turismo da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - UFVJM/Campus Diamantina/MG/Brasil. Líder do Grupo de Pesquisa/CNPq “Núcleo de Pesquisa em Turismo: Patrimônios, Territórios Descoloniais e Trabalho. Membro do Observatório de Parcerias em Áreas Protegidas (OPAP) CV: <http://lattes.cnpq.br/0844500125867329> [virginia.martins@ufvjm.edu.br]

1 INTRODUÇÃO

Estudos que pautam preocupação em analisar as relações *sine qua non* dos aspectos relacionados a conservação, uso público e governança das AP vêm como contribuição válida e necessária para melhor compreensão, empoderamento e interesse na solução dos conflitos emergentes dos processos de patrimonialização da natureza.

O conceito de Áreas Protegidas (AP) adotado neste trabalho é aquele que as reconhece como espaços que convergem interesses naturais, culturais e espirituais em lugares de biodiversidade, compreendendo-as como provedoras de bens e serviços dos ecossistemas, efetiva fonte de bens naturais para o desenvolvimento, por se tratarem de territórios onde se transmitem culturas e sistemas de valores, creditado no VI Congresso Mundial de Parques, em Durban, em 2003, já que:

“Los resultados del Congreso de Durban, a la par que recalcan la importancia que las AP revisten para el desarrollo sostenible, por la prestación de servicios ecológicos y por las oportunidades de sustento que representan, hacen notar el impacto negativo que dichas áreas pueden generar en las comunidades locales, si no se tienen en cuenta sus derechos y si éstas no participan plenamente en la elaboración y en la adopción de decisiones que les afectan” (Sanz López & Torres Rodríguez, 2006: 146).

De encontro a temática, a importância do videodocumentário enquanto mobilizador da sociedade, desenvolvido a partir da contextualização dos fatos, evidencia a valorização de diversos aspectos, posto que um modelo opinativo ou interpretativo do jornalismo, propicia um entendimento da realidade que pode ser mais facilmente assimilado pelos espectadores. Para Machado (2001: 109) “um telejornal opinativo pode ser teoricamente mais preferível, uma vez que pode exercer uma influência mais ativa junto à opinião pública e produzir uma mobilização real” já que o jornalista tem maior liberdade para criar e interpretar aquilo que vê e, dessa forma, encontrar espaço propício para desenvolver

uma atuação interpretativa da realidade apresentada.

Assim, a análise do discurso presente na série “Mar Sem Fim – Unidades de Conservação”, exibida pela TV Cultura, que tem João Lara Mesquita como jornalista responsável pelos 55 episódios produzidos, vem como oportunidade de iniciação científica que visa identificar quais as relações estabelecidas entre Turismo e AP¹.

João Lara Mesquita, jornalista, fotógrafo, músico de formação e capitão amador com mais de 60 mil milhas navegadas, reúne informações preciosas sobre as Unidades de Conservação (UC) ao longo da costa brasileira. Em sua expedição é possível notar a carência que o litoral brasileiro tem passado seja com a inexistência das UC ou com a falta de responsabilidade do Estado na conservação e preservação do meio ambiente pois, mesmo quando estas existem, os problemas que as mesmas enfrentam são comuns entre a maioria delas. A falta de recursos financeiros, as exageradas burocracias que dificultam a ação dos órgãos competentes e a falta de recursos humanos são problemas comuns que acabam impossibilitando o alcance dos objetivos dessas AP de maneira efetiva.

Como problema de estudo delimitou-se a compreensão de como os episódios selecionados podem contribuir para a formação crítica dos telespectadores. Neste caso, o episódio 34 refere-se a visita realizada por João Lara e sua equipe à Reserva Extrativista (RESEX) Corumbau, localizada no estado da Bahia. A RESEX foi institucionalizada pelo Decreto s/nº de 21 de setembro de 2000 que “Cria a Reserva Extrativista Marinha do Corumbau nos Municípios de Porto Seguro e Prado, Estado da Bahia, e dá outras providências” (BRASIL, 2000b).

Assim, esta pesquisa teve como objetivo identificar as possíveis estratégias argumentativas para promover processos de mobilização social considerando os temas: conservacionismo, uso público e governança, de forma integrada, considerando discursos presentes no episódio 34 – Reserva Extrativista de Corumbau - BA.

¹Compartilha-se a informação que esta iniciativa de pesquisa se insere em um projeto de pesquisa guarda-chuva, no qual foram envolvidos outros três discentes, em que cada um foi responsável pela análise de um episódio em especial. No entanto, considerando os desafios que a Pandemia COVID-19 têm gerado em cada indivíduo, a apresentação dos resultados obtidos tem sido distinta para cada discente envolvido, ademais das particularidades identificadas em

cada episódio analisado. Nesse sentido, cabe destacar que em dez. 2020 foi publicado a análise do episódio 33, referente a RESEX de Canaveiras, disponível no Anais do Uso Público em Unidades de Conservação, v.8, n.13, 2020. Disponível em: https://periodicos.uff.br/uso_publico/issue/view/2387. Acesso em: 10 de out. de 2021.

Justifica-se que diante do atual momento de corte de recursos para promover a pesquisa científica nas Ciências Sociais Aplicadas, as limitações para realização de trabalho de campo dos discentes da graduação em Turismo nas AP são cada vez maiores.

Dessa forma, diante dos pressupostos de indissociabilidade do ensino superior e público com o intuito de fomentar o espírito científico e crítico imprescindível ao universitário, considerou-se como alternativa para promover a iniciação científica a análise de videodocumentários.

A partir dos resultados obtidos pela pesquisa, está a intenção de promover ações de extensão que possam contribuir para percepções do contexto regional em termos de AP e conflitos socioambientais objetivando buscar soluções que contribuam de maneira transformadora e diferenciada, a partir de estratégias de mobilização ambiental com vistas a atender os interesses de creditação da Extensão Universitária.

É sabido também que a necessidade de fortalecer a compreensão dos temas que relacionam as áreas protegidas e o turismo, seja entre os discentes, seja no envolvimento da sociedade no tocante a preservação ambiental das UC se faz emergencial, considerando que cada dia mais tais territórios, para além da pressão que sofrem do sistema capitalista interessado em seus bens naturais exclusivamente sob a ótica de recursos, tem crescido sobremaneira ações político-institucionais por parte do próprio Estado, fragilizando as estratégias de conservação da natureza, ainda que estas tenham sido, em um dado momento, legalmente patrimonializadas por tais entes governamentais.

A pesquisa, de caráter qualitativo, adotou a Análise de Conteúdo, onde Bardin (2011) entende que dita metodologia pretende substituir as dimensões de interpretação pessoal e subjetiva do estudo dos documentos por procedimentos standardizados que intentam objetivar e converter em dados os conteúdos que podem ser analisados e tratados de forma sistêmica.

Desta forma, o presente trabalho destaca as contribuições da pesquisa de modo integrado, já que apresenta os resultados obtidos na análise do episódio a partir da discussão fundamentada, considerando conceitos e conteúdos desenvolvidos por outros autores, consolidados pela pesquisa bibliográfica (no intuito de contextualizar o estado da arte acerca do

tema, assim como estudos de caso referentes a AP) e pela pesquisa documental (considerando outros documentos também referentes a UC).

Assim, foram estruturadas três sessões em que a primeira, denominada “Breve Histórico das Reservas Extrativistas e da Implementação da RESEX de Corumbau”, trata da contextualização histórica das Reservas Extrativistas, evidenciando a luta dos povos tradicionais pela conservação de seus territórios e a garantia dos seus direitos de uso associado ao contexto de iniciativa popular para a implementação da RESEX de Corumbau. A segunda sessão trata da gestão deste território patrimonializado e a inclusão da comunidade local nos processos de governança local, intitulado “A Gestão Participativa e o Papel da Comunidade Local / Povos Tradicionais na RESEX de Corumbau”. E, a última sessão, “Uso Público na RESEX de Corumbau” refere-se aos aspectos concernentes ao turismo desta área protegida, considerando os benefícios e impactos para a comunidade.

Frisa-se que considerando o atual cenário da pandemia da COVID-19, em que o distanciamento social tem interferido drasticamente nas atividades turísticas em âmbito mundial, não se pode ignorar que este trabalho pode contribuir na compreensão de como se dá a ocorrência do turismo em tais territórios, bem como a importância em considerar diversas possibilidades de ensino-aprendizagem a partir do uso de tais recursos audiovisuais, já que a tendência pela busca deste tipo de território, as áreas naturais protegidas, deve ser acentuada.

2 METODOLOGIA

A pesquisa possui caráter exploratório, majoritariamente de natureza qualitativa, que se justifica diante das diversas problemáticas observadas ao longo do estudo. Problemáticas estas que normalmente não são descritas em pesquisas científicas, principalmente aplicadas aos estudos relacionados ao turismo em AP, já que adotou como elemento norteador a análise de um videodocumentário. Diante disso, o estudo realizou análise descritiva múltipla dos dados coletados.

Este estudo pode ser classificado como um estudo de caso, visto que este é caracterizado pela junção de informações detalhadas, de modo sistêmico, sobre determinado fenômeno (Patton, 2002 *apud* Freitas & Jabbour, 2011), e que foi desenvolvido sob a forma de um trabalho conceitual.

Neste caso, o recorte analítico se refere a uma determinada área, aqui explicitada pela RESEX de Corumbau. Por procedimentos metodológicos, foi realizada a pesquisa bibliográfica e documental. Já para a interpretação dos dados obtidos, adotou-se a Análise de Conteúdo, considerando os pressupostos de Bardin (2011).

O *corpus* investigativo foi composto a partir da seleção do episódio 34, RESEX Corumbau, considerando como universo a série “Mar Sem Fim – Unidades de Conservação”, composto por 55 episódios exibidos na TV Cultura e disponíveis no YouTube². Assim, a partir da definição dos dados primários do episódio 34 do programa “Mar Sem Fim”, foram identificadas pesquisas científicas e documentos técnicos referentes a UC, com objetivo de realizar o levantamento bibliográfico e documental referente a este território.

Neste sentido, com a identificação dos discursos contidos no episódio, compreendeu-se as especificidades da RESEX Corumbau no intuito de realizar, posteriormente, a inter-relação dos temas prioritários definidos pela pesquisa. O episódio foi assistido no mínimo dez vezes para que fosse possível selecionar e identificar as principais categorias de Análise de Conteúdo, a saber: a precariedade de recursos e equipamentos; a demarcação de território que não inclui áreas terrestres; o cadastramento e o reconhecimento da população tradicional como beneficiários; as normativas de controle da pesca; a ausência do plano de manejo; a efetiva participação da população na gestão da reserva; a especulação imobiliária e a gentrificação das comunidades; o desenvolvimento do turismo; alteração das características locais; infraestrutura e saneamento básico; e a invasão da monocultura na mata atlântica costeira. Tal atividade implicou na transcrição de falas realizadas entre entrevistador e entrevistados por meio de escrita manual realizada pelos próprios autores.

A segunda etapa do processo de pesquisa referiu-se a pesquisa bibliográfica e documental que poderiam apresentar temas referentes aos principais discursos identificados. A busca possibilitou a compilação de diversos materiais que abordavam, discutiam ou analisavam algumas das especificidades

da RESEX Corumbau que se relacionavam com os temas propostos para a pesquisa e que foram revelados na série Mar Sem Fim, mesmo que de forma superficial. Esta fase se consistiu em pesquisa realizada em meios digitais como: Google Acadêmico, Revistas Científicas Online, Periódicos e Repositórios Digitais de Universidades.

Neste sentido, considerando as etapas da Análise de Conteúdo, foram identificados documentos técnicos oficiais pré e pós implementação da RESEX Corumbau assim como artigos e publicações científicas relacionadas a esta AP, no qual todas as referências foram organizadas numericamente, somando um quantitativo de 18 referências. Identificado o material bibliográfico e documental, para realização de fichamento bibliográfico, seguiu-se as orientações de Bardin (2011), no qual todos os documentos identificados foram classificados de acordo com as referências que possuíam similitude com as categorias identificadas no episódio. Portanto, totalizou 15 assuntos abordados, que foram reunidos em 4 grupos, levando-se em consideração a compatibilidade dos aspectos identificados.

Destaca-se que, ainda que a Análise de Conteúdo seja uma técnica de análise de dados qualitativos muito utilizada em diversas áreas de conhecimento, é bastante incipiente para estudos relacionados ao turismo em interface às áreas protegidas. Ratifica-se, assim, a potencialidade deste instrumento de pesquisa para a realização de análises mais estruturadas em estudos relacionados ao fenômeno do turismo na contemporaneidade.

Por fim, a partir do reconhecimento das perspectivas discursivas, considerando a análise de conteúdo aplicada às publicações estabelecidas, foi elaborado o relatório final de iniciação científica, documento que foi referência para a apresentação deste trabalho.

3 ANÁLISE DOS RESULTADOS E DISCUSSÕES

3.1 Breve Histórico das Reservas Extrativistas e da Implementação da Resex de Corumbau

A necessidade de se proteger territórios específicos para assegurar a sobrevivência dos povos

² Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=bFZgcmoF1ml&t=305s>. Acesso em: 12 de dez. de 2019.

que dependem do extrativismo em determinada região teve início no Brasil nos anos 70, a partir do movimento dos Seringueiros, no Acre. Sendo assim, a RESEX é fruto da luta dos povos tradicionais extrativistas que se opuseram às atividades predatórias que ameaçavam o meio ambiente e o seu modo de vida. Porém, a primeira RESEX foi oficialmente criada em 1988, e somente em 1990 passou a se configurar como UC sob a responsabilidade do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), decreto governamental nº 98.897/90 (Diegues, 1998 *apud* Bucci, 2009).

Já as Reservas Extrativistas Marinhas foram oficialmente estabelecidas nos anos de 1992 e 1997, com a criação das pioneiras Reserva Extrativista Marinha do Pirajubaé e Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo (Bucci, 2009).

Assim como nos anos 70, a conquista da RESEX de Corumbau foi fruto da luta dos pescadores locais inconformados com a invasão da pescaria predatória realizada por pescadores de outras regiões:

“[...] cerca de 40 famílias, assistiam a uma invasão de barcos de fora pescando camarão. Segundo vários relatos, em determinadas ocasiões, mais de 200 barcos “baloavam” dia e noite, só indo à terra para desembarcar a produção, que seguia de caminhão para Vitória ou Salvador.” (Lobão, 2006, *apud* Bucci, 2009: 22).

Após a movimentação dos pescadores locais, um longo processo de negociações entre as comunidades de pescadoras (es), parceiros (ONGs e agentes locais), CNPT-IBAMA, Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e Ministério do Meio Ambiente resultou na criação da Reserva Extrativista Marinha de Corumbau, em 21 de setembro de 2000, por decreto s/nº.

Destaca-se, contudo, que as Resex, ainda que se apresentem como uma categoria de UC bastante genuína justamente por se configurarem como estratégia de resistência dos povos tradicionais frente às diversas atividades predatórias, veem como uma iniciativa de criação e gestão de áreas protegidas que favorece a inclusão de suas populações locais como efetivas gestoras de seu território (Cunha, 2001). No entanto, tal contexto não isenta que estes territórios visibilizem, mais uma vez, a deficiência de recursos humanos, financeiros e tecnológicos que assola todas as UC brasileiras, algumas em maior, outras em menor grau. Partindo deste pressuposto, a Resex de

Corumbau apresenta práxis contemporâneas à outras RESEX ou categorias de UC.

A RESEX de Corumbau conta com uma área de 89.500 hectares e abarca o norte do município de Prado e o Sul do município de Porto Seguro, abrangendo o total de oito comunidades locais, que são: Cumuruxatiba, Imbassuaba, Veleiro, Corumbau, Bugigão, Aldeia da Barra Velha, Caraiva e Curuípe, como informado pelo entrevistado Ronaldo Oliveira, Analista Ambiental da reserva de Corumbau (Mar Sem Fim, 2015).

Figura 1: Localização e área da RESEX.



Fonte: Mar Sem Fim, 2015.

Um dos primeiros conflitos existentes na UC, explica Ronaldo (Mar Sem Fim, 2015), que é analista ambiental da UC, é justamente sobre a sua área, já que não foi delimitada nenhuma parcela em terra firme. De acordo com o estudo de Afonso e Prost (2015) as lideranças das comunidades da RESEX relataram que:

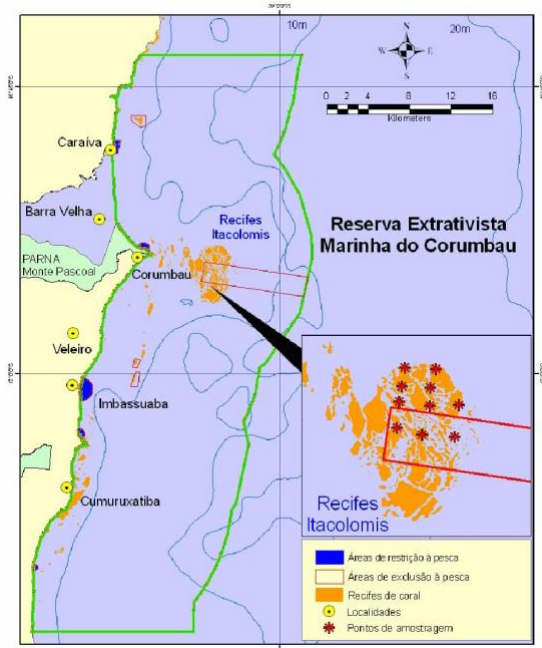
“Olha, primeira coisa que eu sempre prego nas reuniões foi mostrar as atas todinhas de lá pra cá. Eu fui sempre conselheiro desde o começo até hoje do conselho deliberativo e o meu discurso eu prego o seguinte: primeiro pescador não mora no mar, a nossa RESEX foi criada errada, mas a RESEX está aí. Resolveu algumas coisas e não resolveu tudo (Liderança de Cumuruxatiba).”

“[...] A dificuldade e ausência de terreno para ser legalizado, para que se crie uma área de beneficiamento para o pescado é um grande problema na RESEX! (Liderança de Veleiro).” (Afonso & Prost, 2015: 9,10)

Diante da realidade apresentada, torna-se necessário o estudo ou até mesmo a revisão deste território. Segundo Sancho & Alves (2017), questões culturais e sociais são apontadas como centrais no contexto da gestão desses territórios, e neste sentido,

devem ser pautas de pesquisa, e concomitantemente, carecem de ser internalizadas e debatidas nos conselhos e demais espaços de participação e gestão territorial existentes das UC. Frisa-se que até a data de finalização desta pesquisa (julho de 2021) não haviam sido realizados tais adequações, sendo assim, a ação dos responsáveis pela UC é efetuada somente na linha d'água.

Figura 2: Visualização Geográfica da Reserva Extrativista Marinha do Corumbau.



Fonte: Moura *et al.*, 2007.

Assim, diante do fato da não demarcação de área em terra firme para a UC, o episódio apresenta as dificuldades encontradas pela comunidade local em relação aos seus direitos como beneficiários da RESEX quanto sua caracterização como População Tradicional.

“[...] a reserva extrativista veio de ser decretada em 2000, setembro de 2000 e de lá pra cá é aquele processo, a nossa reserva extrativista não agregou terra, portanto essa demora de se caracterizar os beneficiários.” (Liderança Comunitária).” (MAR SEM FIM, 2015: 04'10”).

De acordo com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), a Reserva Extrativista se caracteriza como:

“[...] área utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de

animais de pequeno porte, e tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade.” (BRASIL, Art 18, 2000a: s.p).

As Reservas Extrativistas, assim como as Área de Proteção Ambiental, Áreas de Relevante Interesse Ecológico, Florestas Nacionais, Reservas de Fauna, Reservas de Desenvolvimento Sustentável e as Reservas Particular do Patrimônio Natural estão incluídas no grupo de Unidades de Conservação de Uso Sustentável, que tem como objetivo promover a conservação ambiental de determinada área e seus recursos naturais em comunhão com o uso de forma consciente de parte deste território e seus recursos naturais (BRASIL, 2000a).

Atualmente o Brasil conta com 66 Unidades de Conservação da categoria RESEX, responsáveis por 12.315.480 hectares de área protegida, sendo 617.193 hectares de área marinha. Assim mesmo, destas Unidades, apenas 23 contam com o Plano de Manejo aprovado pelo ICMBio, sendo que para as áreas costeiras-marinhas, não há nenhum Plano de Manejo aprovado (BRASIL, 2021).

Como na maioria das Unidades de Conservação do Brasil, segundo Matheus & Raimundo (2015), a falta de envolvimento das populações na criação das UC, os problemas de gestão, e a percepção dos moradores quanto às possibilidades de subsistência econômica contribuem para o agravamento dessa situação. Já a a RESEX Corumbau, segundo Prado e Seixas (2018), enfrenta problemas como a falta de recursos, equipamentos adequados e a falta de equipe para efetuar o trabalho de maneira efetiva. Para elucidar, até a data de produção da série Mar Sem Fim, a RESEX Corumbau contava apenas com dois analistas ambientais em horário integral e um funcionário em meio horário, e não foi possível confirmar se o quadro de funcionários citado ainda se mantém.

Sobre os equipamentos, falta embarcação adequada para fiscalização e controle, como também veículos para deslocamento do pessoal em terra. Como relatado por Ronaldo (Mar Sem Fim, 2015), a RESEX contava somente com um carro, ainda em bom estado de conservação e outro já com sua utilização comprometida utilizado somente para situações de emergência. Para os serviços aquáticos a unidade conta com um Flexboat SR-15, embarcação imprópria para navegação em mar aberto. Tais constatações prejudicam a efetividade do Estado na gestão das

Unidades de Conservação, como externado pelo analista ambiental da RESEX Corumbau.

“[...] não só aumentar o percentual de áreas protegidas, mas dar efetividade as áreas que já são criadas. Esse é outro problema e que é um reclamo social muito justo, vai criar para “largar ao léo de novo?” É preciso que a gente de fato dê efetividade as áreas protegidas para que se dê legitimidade à novas criações” (MAR SEM FIM, 2015: 20’22”).

Evidencia-se, portanto, como discurso identificado na fala do responsável pela RESEX Corumbau, a necessidade e a importância da efetividade do papel destas unidades de conservação para que os objetivos ambientais e sociais destas sejam alcançados.

Segundo Pádua (2002 *apud* Pimentel, 2008) a grande maioria das UC criadas no Brasil não contam com um projeto de implementação e regularização fundiária previstas em orçamento. Segundo Pressey (1994 *apud* Pimentel, 2008) muitos parques foram criados sem o devido planejamento, além de não seguirem os processos científicos mais adequados. Já Dourojeanni (2003 *apud* Pimentel, 2008) cita que há mais interesse político em criar parques do que os gerir, criando assim os chamados Parques de Papel ou Parques Virtuais, unidades que se limitam somente as linhas em mapas oficiais, como definido por Terborgh e Van Schaik (2002 *apud* Pimentel, 2008).

De fato, a criação de UC pelo Brasil é um passo importante para a conservação dos bens naturais do país, atitude que deve ser incentivada pela população e executada de forma coerente pelo poder público, buscando solucionar problemas, criar oportunidades e alternativas para estes ambientes, assim como para as populações impactadas pela implementação de uma UC em seus territórios. Entretanto, diversos autores questionam os processos de planejamento e execução relacionados à implementação das unidades de conservação, posto que, a efetividade dos objetivos propostos vai muito além da criação das áreas de proteção, fazendo-se necessário investimento dos setores públicos e da sociedade civil em fiscalização, infraestrutura, educação ambiental, desenvolvimento de instrumentos legais para a efetividade da política de conservação, além do envolvimento da população

local na adoção de práticas sustentáveis e participação na gestão destas unidades (Rocha *et al.*, 2010).

A respeito da situação fundiária das RESEX do Brasil, segundo o Ministério do Meio Ambiente *apud* Rocha *et al.* (2010), os dados do ano de 2005 informam que das 43 Reservas Extrativistas cadastradas, apenas três se encontram em situação fundiária regularizada, enquanto duas se encontram parcialmente regularizadas. RESEX não regularizadas somavam 27 unidades e, outras 11 foram classificadas como ‘sem informação’ pelo MMA. Atualmente, segundo dados do Painel Dinâmico de Informações do ICMBio (BRASIL, 2021), das 66 RESEX existente, consta um valor pendente de R\$13.197.217,00 para a Regularização Fundiária.

Mais um problema enfrentado pela RESEX Corumbau e por tantas outras no Brasil é a falta do Plano de Manejo, documento técnico que, a partir dos objetivos gerais de uma unidade de conservação, estabelece o zoneamento e as normas que devem reger o uso do território e o manejo dos recursos naturais (BRASIL, 2000a).

Mesmo sendo um documento técnico imprescindível para a gestão das Unidades de Conservação, segundo dados do ICMBIO (BRASIL, 2021), 201 UC possuem o Plano de Manejo aprovado pelo órgão gestor e 133 ainda não contam com este importante documento. Utilizando o filtro disponível do Painel Dinâmico de Informações do ICMBio³, em 2021, ao analisarmos o recorte “RESEX” os dados nos informam que 39 unidades desta categoria não contam com o Plano de Manejo e apenas 27 contam com o documento aprovado. Entretanto, nenhuma das Reservas Extrativistas com Plano de Manejo aprovado realizaram a revisão do mesmo, recomendada de cinco em cinco anos. Segundo a mesma ferramenta disponibilizada pelo ICMBIO, nenhuma das Reservas Extrativistas do recorte “Marinho-Costeiro” possuem o Plano de Manejo.

Durante entrevista à série Mar Sem Fim, realizada em 2014 e publicado em 2015, Ronaldo conta que mesmo após 14 anos da criação da RESEX, a mesma ainda não havia formulado o seu Plano de Manejo.

“[...] aqui a gente tem, e ele já foi estabelecido em 2002, ou seja, a gente já tem então ai seus 12 anos ... que a gente tem o Plano de Manejo Fase

³ Disponível em:

http://qv.icmbio.gov.br/QvAIXZfc/opendoc2.htm?document=painel_corporativo_6476.gvw&host=Local&anonymous=true. Acesso em: 7 de jun. de 2021.

1, que é o Plano de Utilização que abarca as normas de pesca. Só que são 12 anos e a comunidade há muito tempo reclama pela sua revisão... e a falta de recursos pra que a gente monte uma estrutura em que esse Plano de Manejo consiga ter realmente... refletir a voz do pescador, as vontades do pescador, os acordos feitos pelos pescadores ... a falta de recursos faz com que isso não aconteça.” (MAR SEM FIM, 2015: 07’07”).

O analista ambiental informa que a RESEX conta apenas com o Plano de Utilização, ou seja, a Fase 1 do Plano de Manejo, formulado em 2002 e que só abarca as normas de pesca. De acordo com o seu relato, uma das principais dificuldades para a efetiva construção do Plano de Manejo definitivo da reserva é justamente a falta de recursos e equipe necessária. Esta Informação é ratificada no estudo de Prado e Seixas (2018), onde foram relatados os mesmos impasses na elaboração do Plano de Manejo, que abrangem tanto as prioridades do órgão, quanto questões financeiras, de recursos humanos ou a quebra de contratos com empresas de consultoria.

Faz-se importante também destacar, assim como sinalizou Ronaldo (Mar Sem Fim, 2015) que, além de nortear a gestão da UC, o Plano de Manejo também serve como importante instrumento para tratar a questão do pertencimento da comunidade local, dando voz para a população na discussão sobre o futuro do seu próprio território e, assim, retomar o sentimento de pertencimento ao local.

“[...] e eu diria que o plano de manejo tem um outro elemento que é a gente retomar a discussão de pertencimento da população a área, por que iriam discutir o futuro do seu lugar” (MAR SEM FIM, 2015: 08’24”).

No entanto, mesmo contando com a vontade da população local e diversas iniciativas e propostas de projetos contínuos, o processo de elaboração do Plano de Manejo, até a data deste estudo, não havia se concretizado.

Ao encerrar esta sessão, faz-se necessário enfatizar a importância deste tipo de território como UC de Uso Sustentável. Como definido por Pinchot (1905), o uso sábio dos bens naturais é tido como um dos principais objetivos sob o olhar conservacionista. No entanto, é importante destacar a precariedade na qual se encontram a maioria destas AP, que além de não terem recursos o suficiente para executarem as suas atividades primordiais, contam apenas com o

mínimo de equipamentos necessários para tal e não possuem uma regularização fundiária apropriada.

3.2 A Gestão Participativa e o Papel da Comunidade Local / Povos Tradicionais na Resex de Corumbau

Para Matheus & Raimundo (2015), a resolução de conflitos entre os gestores de áreas protegidas, os moradores de seu interior e entorno e demais interessados no uso dos bens de dada UC é um desafio constante, diante da necessidade de consensuar interesses de conservação da natureza com as aspirações e necessidades de usos diversos pela sociedade.

A criação da RESEX Marinha de Corumbau, em especial, deve-se ao movimento social organizado pelos pescadores locais, na esperança de garantirem o território e os bens comuns dos quais dependiam para sobreviver, assegurando o modo de vida de suas comunidades.

“Os direitos de uso dos recursos marinhos foram garantidos para a população extrativista tradicional ao longo de seu litoral, onde 484 membros registrados se distribuem entre diferentes comunidades, organizadas em três associações. O decreto de criação da RESEX afirma que seu objetivo é assegurar a exploração sustentável e a conservação dos recursos naturais renováveis, utilizados pela população local” (Di Ciommo, 2006, *apud* Bucci, 2009: 12).

Sendo assim, a RESEX tem um importante papel a cumprir para com estes povos tradicionais e, no caso da RESEX Corumbau, uma das principais fontes de renda dos que ali habitam é a pescaria. Porém, os moradores encontram dificuldade e lentidão no processo de cadastramento como “Povos Tradicionais”, para adquirem o direito de uso real para desenvolverem seu trabalho dentro da legislação exercendo suas garantias como beneficiários da UC, como é informado pelo líder comunitário, Ademir Azevedo, que aponta como um dos principais motivos para tal descaso ou atraso no processo de cadastramento dos beneficiários o fato da unidade não haver agregado áreas em terra.

“[...] a Reserva Extrativista ... ela veio de ser decretada em 2000, setembro de 2000, e de lá “pra” cá é aquele processo, a nossa Reserva Extrativista não agregou terra, portanto, essa demora de caracterizar os beneficiários” (MAR SEM FIM, 2015: 04’10”).

Porém, a UC tem cumprido um papel muito importante para a região, como é informado pelo Pescador Binga (Mar Sem Fim, 2015), que conta como era a ação descontrolada das embarcações pesqueiras que agiam sem nenhuma consciência ambiental no local e, após a criação da AP, a situação mudou.

“[...] Cumuruxatiba era cheia de embarcação, eram cento e tantos barcos, barco até de Vitória “tava” aqui por dentro, revirando tudo ai. Hoje não, hoje tem 12 barcos, de pesca de arrasta né” (Mar Sem Fim, 2015, 05’16”).

Segundo Chamy (2002), a RESEX Corumbau conta com 800 membros extrativistas. Estes, organizados em três associações: Associação da Reserva Extrativista Marinha de Corumbau (AREMACO), Associação dos Pescadores de Cumuruxatiba e Associação dos Pescadores Artesanais e Amigos da Costa do Descobrimento em Imbassuaba. Dotados de um importante conhecimento empírico do mar, estes pescadores foram e são peças importantes para definir o rumo da reserva extrativista, sendo fundamentais para o desenvolvimento de diversos documentos técnicos, dentre eles, o Plano de Manejo Fase 1 – Plano de Utilização, aprovado em fevereiro de 2002, que abarca, principalmente, as normas de pesca.

No entanto, os moradores locais ainda sofrem com a diminuição dos peixes em suas áreas, havendo inclusive algumas espécies que raramente são encontradas atualmente.

[...] olha, a questão do peixe, ele vem diminuindo, tem uma diminuição... hoje você tem espécie que você já nem pesca mais, você não encontra (MAR SEM FIM, 2015: 05’48”).

Em um destes documentos técnicos analisados nos estudos de Bucci (2009), o Laudo Sócio-Econômico para a criação da RESEX Marinha do Corumbau, o autor apresenta algumas observações, demonstrando que alguns dos interesses da população nativa não se representam nas ações e documentos oficiais.

O laudo é estruturado em tópicos: Introdução; Metodologia; Caracterização das comunidades de Corumbau e Cumuruxatiba; Infra-estrutura básica; Pressão turística; Patrimônio Histórico-Cultural; Produção Pesqueira; Criação da RESEX; Situação da Pesca; Conclusões Gerais; Impressões da Equipe e Sugestões de Estudos Futuros (Bucci, 2009).

Para este estudo, algumas observações realizadas pelo autor merecem destaque, como por

exemplo o fato de o documento abordar as dificuldades das localidades de Corumbau e Cumuruxatiba desconsiderando as riquezas culturais das comunidades, o que de acordo com o autor seria mais plausível. O autor enfatiza que tal documento deveria enaltecer o modo de vida, as riquezas culturais e naturais das comunidades envolvidas, mesmo diante das diversas carências sócio estruturais, ou seja:

“[...] deveriam ter avançado mais neste item, sem a necessidade de ampla pesquisa sócio-cultural, contudo demonstrando, ao menos, certa familiaridade/interesse com o tema, objetivando o fortalecimento dos elos sócio-culturais e justificando o intuito de proteger-se os meios de vida e cultura destas populações, condizente com os objetivos deste tipo de UC, afinal, este laudo foi utilizado para criação da RESEX e não para um assentamento de reforma agrária ou de um projeto de revitalização em um bairro periférico de algum centro urbano, com necessidades puramente urbanas” (Bucci, 2009: 46).

Outros aspectos dignos de serem abordados do presente documento, estão inclusos no item Pressão Turística, onde destaca-se a “Recentemente o governo estadual aprovou a pavimentação do trecho que liga a estrada de acesso a Cumuruxatiba e Corumbau, uma extensão da chamada Linha Verde” (Bucci, 2009: 9). Diante da informação destacada, Bucci (2009) relata que a preocupação do Laudo Sócio-Econômico não é direcionada aos possíveis impactos negativos, sejam eles ambientais ou socioculturais, que venham a se manifestar devido ao crescimento do turismo de forma desordenada e a pressão imposta pelo setor, e sim no fato de tais comunidades serem “localidades sem condições mínimas de saneamento básico e energia, entre outras carências” (Bucci, 2009: 9).

Além disso, o autor ressalta que no item Pressão Turística, o laudo não tenha levado em conta o conhecimento tradicional local, evidenciando o distanciamento do mesmo quanto à realidade dos moradores das comunidades envolvidas, que como População Tradicional, são orientados a adotarem como alternativa de renda o Cultivo de Camarões, atividade amplamente questionada por ambientalistas e pela própria população da RESEX de Corumbau, já que não apresentam vantagens à população e tampouco à sustentabilidade ambiental (Bucci, 2009).

O “Plano de Manejo – Fase 1” de 2002, também foi um dos documentos analisados pelo estudo

apresentado por Bucci, e ainda que o mesmo não tenha sido ainda oficializado, o documento técnico norteia as ações da Gestão de UC. Neste sentido, ainda que tenham ocorrido diversas reuniões com os moradores locais e líderes comunitários, questões complexas acerca do conhecimento tradicional local foram suprimidas pelos interesses conservacionistas e pelo “pode ou não pode” (Bucci, 2009).

“[...] o objetivo principal que determina o art. 18 do SNUC não está explícito nos objetivos do plano de uso da RESEX Corumbau, ou seja, a “proteção” dos meios de vida e a cultura das comunidades. Embora a proteção dos recursos naturais da reserva extrativista seja uma das formas de assegurar os seus meios de vida para as gerações futuras, o manejo praticado tradicionalmente há gerações pelos pescadores da RESEX, segundo uma complexidade cognitiva na apropriação do seus espaços - o “saber local” – sobretudo os padrões culturais dos pescadores destas localidades na reprodução dos seus espaços sociais, não fora sequer mencionado e, portanto, a reflexão e o entendimento da questão cultural desses extrativistas, negligenciada” (Lima, 2006, *apud* Bucci, 2009: 48).

Para Lobão *apud* Bucci (2009), deve-se destacar a “indefinição real da população tradicional local” como algumas das decisões que afetaram o rumo da gestão da RESEX. Como abordado pelo autor, “pode-se dizer que, até aqui, a lógica de pertencimento ao grupo dos beneficiários esteve ligada tão somente às questões produtivas da pesca, não envolvendo nenhuma abordagem étnica na questão identitária das populações tradicionais” (Bucci, 2009: 57).

Para alguns autores tais categorias podem ser interpretadas como a definição de População Tradicional para a RESEX Corumbau, mesmo que esta categorização seja frequentemente questionada pelos extrativistas, que de certa forma, acabam desrespeitando a identidade social dos pescadores (Castro & Pinto, 2007). Fruto do questionamento da categorização de extrativistas de 2002, surge então a “auto definição” para a “População Tradicional” da RESEX.

A pesquisa foi realizada em 2005 com o objetivo de revisar alguns pontos do Plano de Utilização e da construção do Plano de Manejo, sendo dividida em 4 etapas (Avalia RESEX, Identifica RESEX, Planeja RESEX e Maneja RESEX). Da etapa “Identifica RESEX”, a partir de reuniões e dinâmicas em grupo, originaram-se seis

propostas de “Auto Definição”, sendo que em um seminário realizado em 2006, uma das propostas foi aprovada e adotada com “auto definição” dos detentores de direito real de uso, no qual a “População Tradicional” da RESEX Corumbau ficou definida como: “Nativos e familiares com raízes e pessoas que vivem da pesca e moram há mais de dez anos no entorno da RESEX e, que ajudaram a fundar a RESEX”.

A proposta aprovada no seminário foi encaminhada para o Conselho Deliberativo da RESEX e legitimada como conceituação local de “População Tradicional”, sofrendo apenas a remoção da frase “que ajudaram a fundar a RESEX”. A definição, aprovada pelo conselho da RESEX, inclui diversas outras atividades que antes eram excluídas, como marisqueiros, atravessadores e processadores do pescado, além de maximizar a participação da comunidade nos processos da RESEX.

Observa-se que, dentre as estratégias para envolver a comunidade local nos processos de gestão da RESEX, e um dos meios oficiais para que esse envolvimento seja garantido é via os “Conselhos Consultivos e Deliberativos” que, segundo o ICMBIO, trata-se de:

“[...] O Conselho é um fórum de discussão, negociação e gestão da Unidade de Conservação e sua área de influência, para tratar de questões ambientais, sociais, econômicas, culturais e políticas. Ele é constituído formalmente e vinculado à estrutura de gestão da UC. A Lei do SNUC estabelece que as Unidades de Conservação sejam administradas em conjunto com os seus Conselhos gestores, proporcionando maior interação e participação da sociedade.” (BRASIL, 2014: s.p)

No caso das RESEX e RDS (Reservas de Desenvolvimento Sustentável), cabe ao Conselho Deliberativo atribuições como: homologar o perfil e a relação das famílias beneficiárias da Unidade de Conservação; estimular o protagonismo e o fortalecimento das organizações comunitárias; aprovar, por meio de resolução, o Acordo de Gestão e o Plano de Manejo Participativo da Unidade de Conservação; criar, se pertinente, o Comitê de Gestão, com a função de colaborar no cotidiano da gestão da Unidade (Brasil, 2014).

Assim, nesta sessão foi possível dar destaque à importância da inclusão e sobretudo, a participação da comunidade local nos processos da RESEX, desde a implementação em seus territórios até a gestão

desses territórios. Dita tarefa demanda diversas estratégias, entre elas o associativismo e a formação de um conselho da UC, além de toda e qualquer articulação orgânica dos extrativistas, buscando fornecer aos residentes das comunidades englobadas na RESEX a sua efetiva participação nas tomadas de decisão, construção de normas e diretrizes, planejamento, entre tantas outras funções que cabem não só ao órgão gestor, no caso o ICMBIO, mas também aos povos extrativistas.

3.3 Uso Público na Resex de Corumbau

Para Barros (2013 *apud* Sancho & Alves, 2017) a questão do uso público nas AP deveria se pautar pelo princípio da responsabilidade compartilhada, tanto por parte dos gestores destes territórios, como pela cadeia produtiva e visitantes, num esforço de construção coletiva de processos mais éticos. Neste contexto, a RESEX de Corumbau foi analisada, já que se trata de uma categoria que permite e incentiva o desenvolvimento do turismo, desde que a atividade seja compatível com os interesses locais e de acordo com o disposto no Plano de Manejo da área (Brasil, 2000a).

Portanto, cabe ao Plano de Manejo da UC a tarefa de apresentar as diretrizes para o uso público nas áreas da RESEX, que no caso da Reserva de Corumbau conta somente com o Plano de Manejo - Fase 1. Entretanto, é possível encontrar neste documento algumas orientações que remetem a temática, em que o turismo está incluído como “Recursos Atualmente Explorados”:

Há menção à atividade turística, também, no tópico onde o documento aborda as metas a serem alcançadas pela RESEX.

“[...] 2. METAS A SEREM ALCANÇADAS - 2.1 - Fundamentar a sobrevivência dos extrativistas pertencentes à Reserva Extrativista Marinha do Corumbau em fontes produtivas que não destruam o equilíbrio ambiental, permitindo sua preservação para as presentes e futuras gerações. Entre as distintas atividades produtivas dos extrativistas, encontram-se: o aproveitamento dos recursos pesqueiros nas modalidades de pesca artesanal; pesca subaquática amadora, pesca esportiva; o ecoturismo; a aquicultura; o beneficiamento do pescado e sua comercialização.” (BRASIL, 2002: s.p).

Porém, como a RESEX não abrange nenhuma parcela de território em terra firme, o documento aborda principalmente as áreas marinhas, segmentando áreas destinadas ao Ecoturismo, por meio de diretrizes e normas para embarcações de Turismo Náutico ou Transporte de Passageiros, assim como áreas onde a realização da atividade turística é vetada. Sendo assim, segundo o Plano de Manejo cabe à uma Portaria específica oferecer as diretrizes para o uso público que não seja diretamente ligado aos recursos marinhos.

Assim, na análise do episódio 34 é possível observar que o turismo tem sido uma atividade de grande importância na região da RESEX, apresentando à comunidade e ao ambiente diversos resultados, assim como seus impactos positivos e negativos, aspectos intrínsecos do desenvolvimento da atividade turística em qualquer ambiente ou espaço. De acordo com o pescador Binga (Mar Sem Fim, 2015), o turismo tem desempenhado um papel importante na economia local, possibilitando a prática do Turismo de Base Comunitária que se caracteriza, segundo o Ministério do Turismo como:

“[...] a autogestão; o associativismo e cooperativismo; a democratização de oportunidades e benefícios; a centralidade da colaboração, parceria e participação; a valorização da cultura local e, principalmente, o protagonismo das comunidades locais na gestão da atividade e/ou na oferta de bens e serviços turísticos, visando à apropriação por parte destas dos benefícios advindos do desenvolvimento da atividade turística.” (BRASIL, 2010 *apud* Fabrino, 2013: s.p)

Assim como o desenvolvimento do setor hoteleiro e demais serviços relacionados a cadeia produtiva do turismo como restaurantes, transporte, entre outros. O turismo movimenta a economia das comunidades, sendo visto como grande aliado da comunidade. Porém, nesta atividade nem tudo são flores.

A não inclusão de áreas terrestres na Reserva de Corumbau está diretamente associada a atividade turística quanto à especulação imobiliária, classificado como principal problema pelo analista ambiental da UC.

“[...] ela (Especulação Imobiliária) se configura como o maior problema... que é associado àquele problema inicial da falta de certeza enquanto presença ou não de área de terra

filme na área da RESEX... estão associados... e temos diversos pontos onde a comunidade tem dificuldade de acesso ao seu local de trabalho, que é o mar” (MAR SEM FIM, 2015: 14’17”).

Empreendimentos e casas de temporada à beira da praia são conflitos constantes nas comunidades pertencentes à reserva, destacam-se neste âmbito as comunidades de Corumbá e Caraíva, onde o turismo já se faz bem desenvolvido, porém pouco organizado, atraindo pessoas de todas as regiões do Brasil e também do exterior. Neste sentido, a atividade turística é vista como uma das principais responsáveis pelo processo de gentrificação nestas comunidades, além das alterações culturais causadas pelo desenvolvimento da mesma.

“[...]A comunidade mora distante do mar, a maior parte da comunidade mora hoje no morro, quer dizer... distante do local de trabalho. Então de fato é um problema sério que a gente tem” (MAR SEM FIM, 2015: 14’49”).

Cercados, correntes e construções ao longo da costa marinha se fazem cada vez mais presentes em comunidades que, contraditoriamente, não contam com saneamento básico, fazendo com que o impacto ambiental atinja severamente estes locais. Para João Lara (Mar Sem Fim, 2015), a forma na qual o turismo vem se desenvolvendo na região merece ser questionada e destaca alguns dos principais impactos negativos da atividade, observada principalmente em Caraíva.

“[...] Duro aqui vai ser achar pescador, você bem viu, o que a gente andou no meio de dezenas e dezenas (...) de ruelas lotadas de casas e pousadas e etc... E nativo que é bom mesmo, nós não vimos necas” (MAR SEM FIM, 2015: 18’13”).

No discurso de João Lara, a gentrificação turística é responsável pela evasão dos nativos dos seus territórios, normalmente migrados para áreas marginais das vilas ou até mesmo para outra região:

“[...] a transformação dos bairros populares e históricos da cidade/centro em locais de consumo e turismo, mediante a expansão da função de recreação, lazer ou alojamento turístico (como, por exemplo, apartamentos turísticos e arrendamento de curta duração – short rental), que começa a substituir gradualmente as funções tradicionais da habitação para uso permanente, arrendamento a longo prazo e comércio local tradicional de proximidade, agravando tendências de desalojamento e segregação residencial,

esvaziando os bairros de sua população original ou impedindo população de baixo estatuto socioeconômico de acessar a habitação nessas áreas” (Mendes, 2017: s.p)

Portanto, o impacto da pressão turística é exponencializado pela especulação imobiliária. A população tradicional sai de sua residência, “cedendo” território por falta de condições de se manter no mesmo, e na maioria dos casos, para empreendimentos hoteleiros como pousadas ou até mesmo casas de veraneio, que alteram drasticamente o ambiente e os costumes locais:

“[...] isso aqui é tipo do cara pálido... corrente, portão, cerca de arame farpado... isso não existe na cultura do nativo da costa, cerca. Cercar o que, pra que? (...) Eu tenho lá minhas dúvidas se é esse o fim que merece a costa Brasileira. “Meno ou male”... pelo menos o que restou de nativo aqui deve ter algum “empreguinho” aí limpando casa de turista, casa de bacana... será que é isso que eles merecem? Tenho lá minhas dúvidas. (MAR SEM FIM, 2015: 18’30”).

Realmente fica evidente nas falas do episódio o quanto é delicada a realidade de algumas localidades retratadas e, principalmente, a vila de Caraíva. De acordo com o estudo realizado por Ferreira *et al.* (2018), em pesquisa junto aos moradores da vila, o turismo predatório e o processo de gentrificação foram identificados como os maiores problemas enfrentados pelos nativos.

É interessante observar que os entrevistados, além da pesca, também estão envolvidos diretamente no desenvolvimento do turismo nos seus locais de origem, o que demonstra uma certa efetividade na autogestão dessa atividade. Porém, foi identificado que o turismo predatório é um grande inimigo, assim como cada vez mais os nativos perdem espaço para pessoas de fora. Atualmente, os nativos lutam para preservar seus costumes e a cultura local, representando 1/3 da população em seus próprios territórios e acreditam que a inclusão de terras para a RESEX poderia, de certa forma, contribuir na defesa e garantia dos interesses comunitários.

Outro aspecto destacado pelo documentário, pelo “Laudo Sócio-Econômico”, e pela pesquisa de Ferreira (2018) é a precariedade do saneamento básico. Tal impacto reflete diretamente na conservação ambiental, e principalmente na conservação marinha, já que todo o resíduo não tratado, tem como destino final o mar, principal foco

de conservação da RESEX e fonte de sobrevivência de seus beneficiários. Neste contexto, destaca-se:

“[...] apesar de ser o ponto que temos a maior população colocada no Brasil, que é justamente na zona costeira, a gente esqueceu da grande importância que tem o mar nas diversas questões, felizmente isso começa a mudar do ponto de vista do conhecimento, mas da conservação ainda não. Então a gente precisa de fato repensar o mar, deixar de ver o mar como grande lixo, depositário de lixo que tem sido até hoje e começar a perceber como a imensa riqueza que ele é e o que nos devolve nas diversas formas, como por exemplo aqui na RESEX Corumbau como recursos pesqueiros que alimenta diversas pessoas” (MAR SEM FIM, 2015: 19’34”).

Diante deste cenário é primordial compreender melhor o fenômeno do turismo na região e traçar estratégias que minimizem tantos impactos negativos, justificando a prática do uso público no território da RESEX e em seu entorno, com o intuito de proporcionar a comunhão dos interesses da comunidade local e os objetivos da conservação ambiental. Desta forma, estudo realizado por Stori (2005) sinaliza que, mesmo sem as condições de infraestrutura ideais para atender tanto a comunidade local quanto à crescente demanda turística, as vilas que fazem parte da RESEX já observam um aumento constante no número de visitantes e mudanças causadas pelo fluxo turístico, sejam elas no ambiente, na economia ou no estilo de vida local. Assim mesmo, um elevado número de extrativistas já se encontram direta ou indiretamente ligados ao setor turístico.

Para finalizar esta sessão, cabe um relato pessoal, diante da oportunidade ter vivenciado *in loco*, quando se iniciava a presente pesquisa, a experiência como turista na Vila de Caraíva. Na oportunidade, entre 29 de dezembro de 2019 e 05 de janeiro de 2020, foi possível identificar alguns aspectos apresentados neste estudo. Destacam-se os preços inflacionados dos serviços e produtos desde o primeiro momento e, como era de se esperar, quem tem maior poder aquisitivo lotava pousadas, restaurantes, barracas, praias, margem do Rio Caraíva e as estreitas ruas de areia da vila. Em conversas, ainda que informais, com os proprietários do camping e pelo fato de estar alocado em um meio de hospedagem alternativo, foi possível perceber a desigualdade social em Caraíva, que na percepção dos proprietários aumenta a cada ano que passa.

Por fim, notamos algumas iniciativas para reduzir o lixo gerado por tantos turistas, já que ao embarcar na canoa que realiza a travessia do rio, profissionais informam aos turistas para que evitassem o consumo de produtos em garrafas de vidro, realizar o descarte correto dos lixos e controlar o uso da água potável. Neste sentido, justificou-se e incentivou-se a contribuição ecológica voluntária de R\$10,00 por pessoa ou casal, para os gastos com resíduos sólidos.

Obviamente, por se tratar de festividades da virada do ano, uma das épocas mais procuradas para visitar a vila inclusive pela tradição do forró, observamos que o fluxo de turistas era intenso, porém, de forma inversamente proporcional, a informação sobre a conservação ambiental ou a presença de UC na região era mínima. Enfatiza-se, ainda neste relato, a invisibilidade das tradições locais. A impressão é que, a cada canoa que desembarcava turistas na vila, levava de volta os resquícios do modo de vida local, alterando as características daquele território. Portanto, a percepção é que nesta região ocorre um turismo elitista, pouco humanizado e distante dos objetivos do desenvolvimento sustentável.

4 CONCLUSÕES E PERSPECTIVAS

Como um projeto de iniciação científica desenvolvido no âmbito do Turismo, todos os discursos tiveram suas reflexões e análises realizadas sob esta perspectiva e, sendo assim, o videodocumentário serviu como instrumento incentivador para o posterior aprofundamento científico dos discursos identificados. Diante disto, foi possível realizar um estudo sobre algumas especificidades da Reserva Extrativista de Corumbau, no qual, afirma-se, o alcance do objetivo desta pesquisa: avaliar as possibilidades de uso de recursos audiovisuais como instrumento educativo na mobilização e participação da sociedade no que se refere as possibilidades de apropriação das AP como território legitimamente público, enquanto bem e para o uso responsável e comprometido.

Neste caso, a produção da série audiovisual do Mar Sem Fim representa o acesso à informação e o compartilhamento do conhecimento técnico-científico de forma simples, cabendo então ao telespectador o papel de sujeito interpretativo de tais informações. Sob o inevitável olhar do presente momento da produção desta pesquisa, devido as mudanças radicais proporcionadas por um vírus de alta taxa de contágio, a COVID-19, se pode identificar de forma amplificada o

importante papel dos recursos digitais, da tecnologia e de projetos ou ações que busquem difundir o conhecimento técnico-científico de forma pragmática e comprometida.

Como conclusões finais, a utilização do videodocumentário como instrumento educativo se mostra eficaz, sobretudo, nos dias atuais onde os meios digitais exercem papel fundamental na sociedade. No entanto, há de se destacar que o videodocumentário em si reflete uma estratégia discursiva que não está isenta de subjetividades que fundamentem determinado posicionamento político. Ainda assim, diante da técnica de análise de conteúdo foi possível ratificar que diversos discursos presentes no episódio analisado eram igualmente de entendimento semelhante de diversos estudos científicos pautados na realidade da RESEX de Corumbau.

E, neste sentido, se destacam aspectos inerentes à possibilidade de mobilização e participação da sociedade frente às possibilidades de apropriação das UC como territórios legitimamente públicos. Assim mesmo devem incentivar o protagonismo dos povos tradicionais nos processos de gestão e planejamento destes territórios, com ênfase no envolvimento colaborativo para garantir, de forma efetiva, os seus direitos.

Entendemos que uma das estratégias que demonstram resultados satisfatórios para cumprir com tais propósitos tem sido o incentivo ao Turismo de Base Comunitária (TBC), atividade que busca incentivar a população local no que se refere ao seu protagonismo na atividade turística. É notória a importância econômica do turismo, e o TBC se configura como uma possibilidade de um turismo mais solidário, ao estreitar a relação entre o turista e a comunidade tradicional e local, baseado em princípios mais humanitários. Ou seja, o TBC pode ser encarado como uma importante estratégia para evitar a especulação imobiliária e a gentrificação nas localidades, já que as comunidades locais terão condições de se manterem em seus territórios, protegendo assim sua identidade local, seus costumes e saberes da natureza.

Assim, diante das tantas temáticas possíveis de serem discutidas a partir deste episódio como base referencial, pode-se inferir que este se consolida como um potencial ferramenta político-pedagógica. Possibilita a articulação junto a outros projetos e ações

voltadas a Educação Ambiental, seja através de palestras, cursos iniciais/continuados, seminários, dentre outras possibilidades. Tais instrumentos podem ser trabalhados diretamente com as comunidades relacionadas com as UC, mas também com turistas, visitantes, profissionais atuantes no trade turístico e estudantes de turismo.

É notório que, ainda que algumas iniciativas sejam encontradas sob perspectiva da utilização da produção cinematográfica em diálogo com a educação ambiental, Marcello e Ripoll (2016) destacam, por mais que exista crescente produção cinematográfica, esta ainda é pouco explorada. Ademais, diante das constantes modificações tecnológicas, está posto que a atuação pedagógica se vê fragilizada, demandando a utilização de materiais pedagógicos dinâmicos, de forma a não se perder o sentido intrínseco do conhecimento, e buscando manter uma relação fortalecida entre os envolvidos no processo de aprendizagem.

Ressaltamos que esta produção audiovisual possibilitou vislumbrar, para além de uma AP com potencial atrativo turístico, a importância da cooperação, comunidade, liderança, entre outros elementos. Por outro lado, também contextualizou problemáticas presentes no cotidiano destas comunidades, favorecendo os diálogos entre as comunidades, o ICMBio, demais órgãos governamentais e representantes do trade turístico local.

Assim, frisa-se que referente ao tema de conservacionismo, posto a realidade de UC de uso sustentável, a RESEX de Corumbau cumpre um importante papel relacionando saberes e natureza, garantindo aos povos tradicionais seu modo de sobrevivência, reconhecendo a pesca artesanal e demais atividades de subsistência que ocorram nestas áreas, como o uso público.

Acerca do uso público, as informações suscitam que a atividade na região gera impactos negativos e positivos, percebidos pelos nativos e visitantes. Foi possível identificar a especulação imobiliária, o turismo predatório e a gentrificação como alguns dos principais problemas da região. Mesmo diante destes impactos, o turismo foi identificado como importante fenômeno socioeconômico, assim como a pesca artesanal. A presença dos que chegam a comunidade para ficar pode ser um problema tanto para os pescadores, que relatam como era a situação da pesca antes da

implementação da RESEX, quanto para os moradores locais que sentem os impactos do turismo em seu território.

No que tange a governança, podemos perceber a importância dos documentos técnicos como o Plano de Manejo para alcançar os objetivos propostos para a UC, além de conciliar e oficializar os interesses dos povos tradicionais que devem ser envolvidos nas tomadas de decisão, tanto na concepção da RESEX, quanto em sua gestão e desenvolvimento. Estratégias como o associativismo, cooperativismo ou qualquer organização popular que busquem inserir a comunidade local nas atividades tradicionais da RESEX têm contribuído imensamente para que os interesses locais sejam levados em consideração. A formação e atuação do Conselho Deliberativo, reconhecido oficialmente pelo ICMBIO e que, além das suas diversas atribuições, deve ter como papel fundamental estimular o protagonismo das organizações comunitárias.

Nesta seara, os fatos apresentados pelo documentário e relacionando-os com publicações, estudos científicos e documentos oficiais, nos permite inferir o panorama no qual se encontram as nossas UC. Compreende-se que a falta de planejamento no processo de implementação, a falta de capacidade de gestão e o distanciamento dos órgãos oficiais das comunidades e dos povos influenciados pela UC são alguns dos principais obstáculos visibilizados. Constatase que as UC enfrentam diversas dificuldades e que são consideradas situações comuns, infelizmente.

Pensando em perspectivas futuras para a referida iniciativa de estudo, diante das diversas problemáticas destacadas, seria pertinente incentivar pesquisas científicas para compreender como se apresentam tais temáticas diante do atual cenário, quiçá pautadas nas possíveis parcerias com associações e instituições atuantes na RESEX de Corumbau, de modo a refletir quais estratégias e projetos podem minimizar tantas problemáticas com o intuito de priorizar a autonomia e o protagonismo das comunidades.

Espera-se que esta pesquisa possa servir como base para projetos e ações futuras a fim de incentivar a produção de conteúdo similares como forma de divulgação e difusão do conhecimento técnico-científico, promovendo estudos científicos de forma popular, proporcionando a todos uma perspectiva crítica com base em produções comprometidas com realidades locais. Frisa-se que resultados satisfatórios

têm sido alcançados diante da continuidade de análises de outros episódios da série Mar Sem Fim ou, ainda, está posta a possibilidade de incentivar o desenvolvimento de ações extensionistas neste âmbito.

Para concluir, destaca-se a necessidade da manutenção das bolsas proporcionadas para fomentar a iniciação científica para as diversas áreas do conhecimento, inclusive, os estudos socio-aplicados. É de extrema importância reconhecer o papel dos pesquisadores das nossas universidades federais brasileiras e incentivar o desenvolvimento das pesquisas científicas pois, só com a pesquisa seremos capazes de criar estratégias para que a atividade se desenvolva da maneira mais efetiva e afetiva. Com boas estratégias e conhecimento de qualidade, iremos conseguir desenvolver e aplicar ideias inovadoras que busquem alcançar os objetivos comprometidos do turismo, enquanto uma proposta permeada por ideologias pelo bem-viver, bem como outras releituras que tenham como princípio a humanização do turismo, a conservação e a preservação dos bens comuns e naturais, e o protagonismo das comunidades locais

REFERÊNCIAS

- Afonso, S. M.; Prost, C. (2015). A Reserva Extrativista Marinha de Corumbau, Bahia, Brasil: um espaço de esperança. In: XV Encuentro de Geógrafos de América Latina. Havana-Cuba. *Anais...* do XV Encuentro de Geógrafos de América Latina -. Havana: Universidad de La Habana, 2015. v. V.1. Disponível em: <<https://aratupe.ufba.br/index.php/secosteiros/artic/e/view/18447/11839>>. Acesso em: 11 Jun, 2020.
- Bardin, L. (2011). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- BRASIL. (2000a). *Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000*. Institui o Sistema Nacional de Unidade de Conservação da Natureza. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/leis/L9985.htm Acesso em: 24 de fev. de 2020.
- BRASIL. (2000b). *Decreto de 21 de setembro de 2000*. Cria a Reserva Extrativista Marinha do Corumbau nos Municípios de Porto Seguro e Prado, Estado da Bahia, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/dnn/2000/dnn9036.htm Acesso em: 24 de fev. de 2020.
- BRASIL (2002). *Plano de Manejo Fase 1 – Reserva Extrativista Marinha do Corumbau*. Disponível em: https://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/docs-planos-de-manejo/plano_de_manejo_resex_corumbau_alterac

- [oes_ate_mai_2009.pdf](#) Acesso em: 24 de fev. de 2020.
- BRASIL. (2014). *Instrução Normativa ICMBIO nº 09, de 5 de dezembro de 2014*. Disciplina as diretrizes, normas e procedimentos para formação, implementação e modificação na composição de Conselhos Gestores de Unidades de Conservação Federais. Disponível em: https://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/o-que-somos/in_09_2014.pdf Acesso em: 24 de fev. de 2020.
- BRASIL. (2021). *Painel Dinâmico de Informações do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio*. Disponível em http://qv.icmbio.gov.br/QvAJAZfc/opendoc2.htm?document=painel_corporativo_6476.qvw&host=Local&anonymous=true Acesso em: 7 de jun. de 2021.
- Bucci, T. M. (2009). *Implementação da Reserva Extrativista Marinha do Corumbau: Relações de Atores e Processos de Mudanças*. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente. Universidade Estadual de Santa Cruz, Bahia. Disponível em: <http://www.biblioteca.uesc.br/biblioteca/bdtd/200760100D.pdf> Acesso em: 9 de mai. de 2020.
- Castro, L. L. C.; Pinto, R. (2013). Sustentabilidade e turismo comunitário: aspectos teórico-conceituais. *Caderno Virtual de Turismo (UFRJ)*, v. 13, p. 213-226. Disponível em: <http://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/index.php/caderno/artide/viewFile/737/359> Acesso em: 9 de mai. de 2020.
- Chamy, P. (2002). Reservas Extrativistas Marinhas: um estudo sobre posse tradicional e sustentabilidade. In: *Anais... do I Encontro da Associação Nacional de Pós-graduação e pesquisa em Ambiente e Sociedade*. Indaiatuba. I Encontro da Assoc.nac.de Pós-Grad. e Pesquisa em ambiente e sociedade, 2002. Disponível em: http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro_1/gt/conhecimento_local/Paula%20Chamy.pdf Acesso em: 15 de jun. de 2020.
- Cunha, L. H. de O. (2001). Reservas Extrativistas: uma alternativa de produção e conservação da biodiversidade. In: *Anais... do Encontro dos Povos do Vale do Ribeira*, São Paulo. Disponível em: <https://nupaub.fflch.usp.br/sites/nupaub.fflch.usp.br/files/color/resex.pdf> Acesso em: 31 de mar. de 2020.
- Fabrino, N. H. (2013). *Turismo de base comunitária: dos conceitos às práticas e das práticas aos conceitos*. 185 f., il. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) —Universidade de Brasília, Brasília. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/14215> Acesso em: 30 de jul. de 2020.
- Ferreira, M. V. C.; Andrade, L. M. S. de; Menezes, P. D. R. e. (2018). Território Terrestre e Tradicional da RESEX Marinha do Corumbau: estudo sobre padrões espaciais na Vila de Caraíva. *Periódico Técnico e Científico Cidades Verdes*, [S.l.], v. 6, n. 13, nov. 2018. ISSN 2317-8604. Disponível em: http://www.amigosdanatureza.org.br/publicacoes/index.php/cidades_verdes/article/view/1930/1836 Acesso em: 4 de abr. de 2020.
- Freitas, W. R. S.; Jabbour, C. J. C. (2011). Utilizando estudo de caso(s) como estratégia de pesquisa qualitativa: Boas práticas e sugestões. *Estudo & Debate*, Lajeado, v. 18, n. 2.
- Machado, A. (2001). *A televisão levada a sério*. 2.ed. São Paulo: Senac.
- MAR SEM FIM (2015). *Reserva Extrativista de Corumbau, episódio 34. Produção de João Lara Mesquita*. Brasil: TV Cultura, 2015. Publicado em 11 de nov de 2015. 1 vídeo (25 min.). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=bFZgcmof1ml> Acesso em: 24 de abr. de 2020.
- Marcello, F. de A.; Ripoll, D. (2016) A educação ambiental pelas lentes do cinema documentário. *Ciênc. Educ.*, Bauru, v. 22, n. 4, p. 1045-1062. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ciedu/v22n4/1516-7313-ciedu-22-04-1045.pdf> Acesso em: 15 de nov. de 2019.
- Matheus, F. S. & Raimundo, S. (2015). O Envolvimento das Comunidades Locais nas Políticas de Uso Público em Áreas Protegidas no Estado de São Paulo. *Revista Anais Brasileiros De Estudos Turísticos - ABET*, 5(3), 45–54. Retrieved from <https://periodicos.uff.br/index.php/abet/article/view/3104> Acesso em: 17 de nov. de 2021.
- Mendes, L. (2017). Gentrificação turística em Lisboa: neoliberalismo, financeirização e urbanismo austeritário em tempos de pós-crise capitalista 2008-2009. *Cadernos Metrópole*, [S.l.], v. 19, n. 39, p. 479-512, ago. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/metropole/article/view/31531> Acesso em: 20 de ago. de 2020.
- Moura, R. L. de; Dutra, G. F.; Francini-Filho, R. B.; Minte-Vera, C. V.; Curado, I. B.; Guimarães, F. J.; Oliveira, R. F.; Alves, D. C. (2007). *Gestão do Uso de Recursos Pesqueiros na Reserva Extrativista Marinha do Corumbau – Bahia IN: Áreas aquáticas protegidas como instrumento de gestão, MMA-BRASIL*. Disponível em: https://www.mma.gov.br/estruturas/sbf2008_dap/publicacao/149_publicacao16122010104405.pdf Acesso em: 1 de jun. de 2020.
- Pinchot, G. (1905). 1905 "Use Book": The Use Of The National Forest Reserves: Regulations And Instructions. U. S. Department of Agriculture, Forest Service, Washington, D. C. Recuperado de <https://foresthistor.org/research-explore/us-forest-service-history/people/chiefs/gifford-pinchot-1865-1946/> Acesso em: 4 de ago. de 2020.
- Pimentel, D. de S. (2008). *Os "parques de papel" e o papel social dos parques*. Tese (Doutorado em Recursos Florestais) - Escola Superior de Agricultura Luiz de

- Queiroz. Disponível em: https://teses.usp.br/teses/disponiveis/11/11150/tde-13102008-134757/publico/Douglas_Pimentel.pdf
Acesso em: 14 de ago. de 2020.
- Prado, D. S.; Seixas, C. S. (2018). Da floresta ao litoral: instrumentos de cogestão e o legado institucional das Reservas Extrativistas. *Desenvolv. Meio Ambiente*, v. 48, Edição especial: 30 Anos do Legado de Chico Mendes, p. 281-298, novembro. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/made/article/view/58759/36977> Acesso em: 4 de dez. de 2019.
- Sanz López, C.; Torres Rodríguez, A. J. (2006). Gobernabilidad en las áreas protegidas y participación ciudadana. *Papers. Revista de Sociologia*. v. 82, pp. 141-161, oct. Disponível em: <http://papers.uab.cat/article/view/v82-sanz-torres> Acesso em: 7 de dez. de 2019.
- Rocha, L. G. M. da; Drummond, J. A.; Ganem, R. S. (2010). Parques nacionais Brasileiros: problemas fundiários e alternativas para a sua resolução. *Rev. Sociol. Polit. [online]*. Vol.18, n.36, pp.205-226. ISSN 0104-4478. Disponível em:
- https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-44782010000200013&script=sci_abstract&tlng=pt
Acesso em: 2 de fev. de 2020.
- Sancho, A., & Alves, A. F. (2018). O Estado da Arte das Pesquisas sobre Impactos do Turismo em Parques: uma aproximação das experiências brasileiras. *Revista Latino-Americana de Turismologia*, 3(1), 21–36. <https://doi.org/10.34019/2448-198X.2017.v3.10042>
- Stori, F. T. (2005). *Pescadores e turistas em uma área marinha protegida: uma contribuição ao planejamento da Reserva Extrativista Marinha da Ponta do Corumbau, Bahia - Brasil*. 190 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Biológicas) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/2138>. Acesso em: 24 de abr. de 2020.

Agradecimentos

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico/CNPq) ao apoio, por meio de bolsa de iniciação científica, indispensável à realização desta pesquisa.

Processo Editorial / Editorial Process / Proceso Editorial

Editor Chefe / Editor-in-chief / Editor Jefe: PhD Thiago D. Pimentel (UFJF).

Recebido / Received / Recibido: 18.08.2021; Revisado / Revised / Revisado: 27.09.2021 – 30.11.2021; Aprovado / Approved /

Aprobado: 06.12.2021; Publicado / Published / Publicado (online): 14.12.2021.

Texto revisado às cegas por pares / Peer-blind-reviewed paper / Texto revisado por pares ciegos.